

Emprego, confiança e atividade estão piores que em 2014

Por Thais Carrança

O eleitor vai à urnas no próximo domingo com menos empregos e de pior qualidade, inadimplência alta e Produto Interno Bruto (PIB) ainda no vermelho no acumulado de quatro anos. O único indicador que melhorou desde a último pleito em 2014 foi a inflação, agora em nível historicamente baixo - mas nem aí tudo são flores, já que os preços sob controle se devem em parte à ociosidade da economia em meio à lenta retomada.

Em 2014, a economia já dava os primeiros sinais de desaceleração. O PIB cresceria 0,5% naquele ano, após avanços de 4%, 1,9% e 3% entre 2011 e 2013. Apesar disso, o mercado de trabalho ainda passava por bom momento.

Economia então e agora

Indicadores ainda mostram efeitos da crise

Indicador	2014	2018
Taxa de desemprego ⁽¹⁾	6,9%	12,1%
Taxa de subutilização ⁽¹⁾	14,8%	24,4%
Geração de empregos com carteira no ano ⁽¹⁾	831.784	568.551
Estoque de empregos com carteira ⁽¹⁾	41.155.411	38.436.882
Inflação acumulada em 12 meses ⁽¹⁾	6,51%	4,19%
PIB no ano ⁽²⁾	0,5%	1,2%
PIB acumulado em quatro anos ⁽²⁾	9,7%	-4,9%
Confiança do consumidor ⁽³⁾	92,3	82,1
Endividamento das famílias ⁽⁴⁾	45,9%	41,8%
Nível de negativados no SPC ⁽⁵⁾	126,71	137,91

Fontes: IBGE, MTE, Tendências, FGV, BCB e SPC Brasil. (1) Em agosto. (2) 2018 estimativa Tendências. (3) Em setembro. (4) Com o setor financeiro, em julho. (5) Número índice em agosto

INFORME

A taxa de desemprego estava em 6,9% em agosto de 2014, pouco acima do menor nível (6,2%) registrado na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. No mesmo mês deste ano, a taxa de desocupação estava em 12,1%, 1,6 ponto percentual abaixo do pior momento (13,7% em março de 2017) da série, mas nível ainda bastante elevado. Os desempregados somavam 12,7 milhões.

A geração de empregos com carteira assinada soma 568,5 mil até agosto de 2018, após perda de 2,9 milhões de vagas entre 2015 e 2017. Em 2014, a criação de empregos formais até agosto estava em 831,8 mil, mas após uma geração líquida de 2 milhões de postos nos três anos anteriores.

Com a deterioração do mercado de trabalho, a confiança do consumidor, que já estava em queda em 2014, despencou mais, de 92,3 pontos em setembro daquele ano, para 82,1 pontos em igual mês de 2018, segundo a Sondagem do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Em setembro de 2014, a avaliação sobre o emprego naquele momento estava em 89,6 pontos, hoje está em 61,4", conta Viviane Seda, coordenadora da sondagem. O outro fator que pesa sobre a confiança é a situação financeira das famílias, afirma, com as pessoas mais endividadas e usando recursos poupados para quitar despesas correntes.

Em setembro de 2014, os consumidores nessa situação somavam 17,2%, agora, este percentual chega a 23,8%. "A situação já foi pior, em 28,7% em junho de 2016, no momento mais grave da crise, mas o número atual ainda é alto, pois precisa o mercado de trabalho ter um sinal mais forte para que as famílias, principalmente as de renda mais baixa, consigam se organizar financeiramente novamente", afirma.

Os números do SPC Brasil também confirmam essa tendência de piora na inadimplência do consumidor - problema que entrou na agenda dos candidatos à Presidência, após a proposta de Ciro Gomes (PDT) de "tirar o nome do brasileiro do SPC", usando para isso os bancos públicos.

Segundo dados do Banco Central, o endividamento das famílias com o sistema financeiro em relação à renda em doze meses caiu de 45,9% em julho de 2014 para 41,8% este ano. "O endividamento diminuiu porque o crédito foi enxugado durante a crise econômica, principalmente o de boa qualidade, como o imobiliário e o consignado", diz Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil. Apesar da queda do endividamento, o número de negativados no SPC cresceu 8,8% de agosto do ano da eleição passada para esta e atingia quase 63 milhões de brasileiros no dado mais recente, ou 41% da população

INFORME

adulta. Isso porque as pessoas seguiram se endividando com crédito de má qualidade, como o cartão de crédito e o cheque especial.

"A inadimplência acaba funcionando como uma âncora para a economia", diz Marcela. "Uma vez que a atividade volte a crescer, as pessoas que forem reabsorvidas pelo mercado de trabalho vão precisar primeiro pagar suas dívidas anteriores, para depois voltar a consumir como antes da crise. Isso faz com que a recuperação demore a acontecer."

A lenta recuperação da economia será outro peso no voto em 2018. Ao fim deste ano, o PIB deverá ter acumulado um crescimento de 2,2% em dois anos, se confirmada expectativa da Tendências Consultoria de uma alta de 1,2% neste ano, após avanço de 1% em 2017. Com esse crescimento modesto e menor do que o esperado, o produto ainda estará 4,9% abaixo do nível de 2014.

Em 2014, mesmo com o "pibinho" daquele ano, o eleitor chegou às urnas com um produto em nível 9,7% acima do de 2010. Nada comparável aos avanços acumulados de 14,7% e 19,7% dos quadriênios anteriores, mas ainda assim um cenário muito mais favorável do que o corrente. A atual fraqueza da atividade ajuda a explicar a melhora da inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses estava em 6,51% até agosto de 2014 e agora está em 4,19%. "Em 2014, ainda vivíamos uma alta importante dos alimentos e o ganho de renda chancelava reajustes de preços que hoje não estão acontecendo", diz Fábio Romão, analista de inflação da LCA Consultores.

A alimentação em domicílio acumulava alta de 6,11% em 12 meses até agosto de 2014 e agora sobe apenas 1,47%. Já a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, era de 8,42% então e agora está em apenas 3,32%.

A percepção dessa melhora, porém, é prejudicada, pois planos de saúde, combustíveis e energia elétrica têm alta significativa neste ano. Enquanto os preços livres em 12 meses sobem 2,39% até agosto, os administrados avançam 9,59%, reduzindo a renda disponível das famílias. "A inflação das tarifas pesa, mas o desconforto maior da população hoje é com o desemprego", diz Romão. Para o economista, isso se reflete na pressa das pessoas por mudança. "Em maior ou menor grau, até para quem não acompanha economia, está claro que a chave é recompor a confiança, para retomar o nível de investimento e isso se desdobrar em mais vagas. Para alguns eleitores, uma quebra é importante para gerar confiança."

(Fonte: Valor Econômico – 04/10/2018)

3

País perdeu 70 mil empresas em 2016

MÔNICA BAPTISTELLA • SÃO PAULO

Em meio à crise econômica, o Brasil registrou fechamento de 70,8 mil empresas no ano de 2016, segundo o levantamento Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo, divulgado ontem (03) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O saldo total de empresas ficou negativo pelo terceiro ano consecutivo, com uma queda de 1,6% em relação ao ano de 2015. Ao todo, havia 4,5 milhões de empresas ativas em 2016, que ocupavam 38,5 milhões de pessoas, sendo 32,0 milhões de assalariados e 6,5 milhões de sócios ou proprietários.

Em 2016, a taxa de entrada das empresas, que mede a proporção de empresas abertas em relação ao número total de empresas caiu pela sétima vez consecutiva, chegando a 14,5%, o menor valor da série histórica iniciada em 2008, ou 463,7 mil novas empresas. Já a taxa de saída, que mostra a relação entre o número de empresas que fecharam as portas e o total de empresas existentes, cresceu de 15,7% em 2015 para 16,1% em 2016, o equivalente a 719,6 mil empresas encerradas.

Para o economista e especialista em investimentos da STavares Consultoria Financeira, Sérgio Tavares, o cenário negativo registrado em 2016 deve ter sido mantido tanto em 2017 quanto em 2018. “Apesar da troca de governo após 2016 e adoção de medidas como a reforma trabalhista, o quadro geral das empresas não deve ter apresentado melhora, por não contar com uma mudança positiva dos principais indicadores econômicos”, explica ao **DCI**. Em tempos de crise e alto número de desempregados, o empreendedorismo acabou sendo uma solução adotada por muitos brasileiros.

Segundo o IBGE, as empresas empreendedoras representavam apenas 0,9% dos estabelecimentos com trabalhadores assalariados em 2016, mas empregavam o equivalente a 8,3% dos ocupados em empresas. As principais atividades econômicas com empresas empreendedoras foram comércio; reparação de veículos (25,9%); indústrias de transformação (18,2%); e atividades administrativas e serviços complementares (11,7%). De acordo com Sérgio Tavares, a recuperação econômica não deve diminuir o número de empreendedores. “O empreendedorismo não será bloqueado por uma possível melhora do cenário econômico, ele será estimulado cada vez mais pelas novas gerações”, diz o especialista.

(Fonte: DCI – 04/10/2018)